

HABEAS CORPUS Nº 570.435 - MA (2020/0079186-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : NUBIO PEREIRA LEAL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de NUBIO PEREIRA LEAL contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão que indeferiu o pedido liminar formulado no (HC n. 0803233-21.2020.8.10.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante no dia 23/3/2020 pela suposta prática do crime inserto no art.129, § 9º do Código Penal, tendo como vítima seu genitor, sendo concedida liberdade provisória mediante o pagamento de fiança, a qual foi arbitrada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Em seguida, o montante da fiança foi reduzido pelo Juízo processante para o valor correspondente a um salário mínimo.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte local sustentando, em síntese, que o recolhimento da fiança arbitrada não se deu em virtude da precária situação econômica do paciente e, por isso, ele permanece segregado. O Relator indeferiu o pedido liminar (e-STJ fls. 11/13). Esta é a decisão impetrada.

Na presente oportunidade, a Defensoria Pública reitera as alegações anteriores, afirmando ser ilegal a manutenção da prisão preventiva do paciente porque estão ausentes da espécie requisitos autorizadores da medida extrema, tanto é que lhe foi concedida liberdade provisória. Sustenta que o paciente é pobre, não possui condições de arcar com o pagamento do valor arbitrado, e por isso permanece preso.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, que seja

expedido o alvará de soltura do paciente, com dispensa do pagamento da fiança, nos termos do art. 350 do Código de Processo Penal, tudo com superação do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. Subsidiariamente, pede a substituição da prisão por medidas cautelares diversas, consoante determina o artigo 319 do CPP.

É o relatório. **Decido.**

As disposições previstas nos arts. 64, III, e 202, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça não afastam do relator a faculdade de decidir liminarmente, em sede de *habeas corpus* e de recurso em *habeas corpus*, a pretensão que se conforma com súmula ou a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores ou a contraria (AgRg no HC n. 513.993/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 25/6/2019, DJe 1º/7/2019; AgRg no HC n. 475.293/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 3/12/2018; AgRg no HC n. 499.838/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 11/4/2019, DJe 22/4/2019; AgRg no HC n. 426.703/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018 e AgRg no RHC n. 37.622/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 6/6/2013, DJe 14/6/2013).

Nesse diapasão, uma vez verificado que as matérias trazidas a debate por meio do habeas corpus constituem objeto de jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal, não há nenhum óbice a que o Relator conceda a ordem liminarmente, sobretudo ante a evidência de manifesto e grave constrangimento ilegal a que estava sendo submetido o paciente, pois a concessão liminar da ordem de habeas corpus apenas consagra a exigência de racionalização do processo decisório e de efetivação do próprio princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, o qual foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela EC n.45/2004 com status de princípio fundamental (AgRg no

HC n. 268.099/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 2/5/2013, DJe 13/5/2013).

Na verdade, a ciência posterior do *Parquet* que, *longe de suplantar sua prerrogativa institucional, homenageia o princípio da celeridade processual e inviabiliza a tramitação de ações cujo desfecho, em princípio, já é conhecido* (EDcl no AgRg no HC n. 324.401/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 2/2/2016, DJe 23/2/2016).

Em suma, *para conferir maior celeridade aos habeas corpus e garantir a efetividade das decisões judiciais que versam sobre o direito de locomoção, bem como por se tratar de medida necessária para assegurar a viabilidade dos trabalhos das Turmas que compõem a Terceira Seção, a jurisprudência desta Corte admite o julgamento monocrático do writ antes da ouvida do Parquet em casos de jurisprudência pacífica* (AgRg no HC n. 514.048/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 6/8/2019, DJe 13/8/2019).

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido por ausência de regularidade formal, qual seja, a adequação da via eleita.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual *não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*.

Todavia, em situações excepcionais, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015), o que

passo a fazer no presente caso.

Embora o presente *habeas corpus* não possa ser conhecido, em respeito ao princípio constitucional da ampla defesa e para prestigiar a finalidade do remédio constitucional, passo à análise da prisão cautelar do paciente, a fim de verificar se é o caso de flagrante constrangimento ilegal hábil a justificar a atuação, de ofício, deste Superior Tribunal de Justiça.

A questão jurídica limita-se a verificar se é possível garantir a liberdade provisória ao paciente, independentemente do recolhimento da fiança.

A resposta é sim.

No particular, apesar de estarem ausentes, na espécie, os requisitos autorizadores da prisão preventiva, foi garantida a liberdade provisória ao paciente, mediante pagamento da fiança no valor R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e aplicação de outras medidas cautelares, sendo condicionada a expedição do alvará de soltura ao pagamento da fiança (e-STJ fls. 36/38), *in verbis*:

[...]

Atrelado a isso, a hipótese em que se deu o encarceramento está descrita no artigo 302, III, CPP, pois a ora flagranteado, após o cometimento do suposto crime, foi encarcerado pelo policiais militares atuantes na cidade de Presidente Dutra/MA.

Portanto, na situação apresentada, não verifico, de pronto, os requisitos da prisão preventiva. O cometimento do crime ora analisado, por si só, não é motivo idôneo para a decretação da prisão preventiva, em conformidade com o artigo 313, I, CPP.

Na situação apresentada, o suposto crime perpetrado merece, para acautelar a situação, a imposição da liberdade provisória condicionada às medidas cautelares do artigo 319, CPP, e não o encarceramento.

Nesse sentido, a autoridade policial, por força do artigo 322, CPP, concedeu fiança ao acusado, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), consoante despacho de fiança de fl.

18.

*Então, como estão preenchidas todas as condições descritas no ordenamento jurídico pátrio, **homologo a prisão em flagrante***

em desfavor de NÚBIO PEREIRA LEAL e concedo a liberdade provisória c/c fiança, nos termos do artigo 319, VIII c/c artigo 321, ambos do CPP, a qual está vinculada às seguintes condições:

a. o comparecimento em juízo, todas as vezes que forem intimados, nos termos do artigo a.

327, CPP;

b. a impossibilidade de mudança de residência sem a prévia permissão da autoridade processante ou se ausentar, por mais de 08 (oito) dias, da sua residência, sem comunicação prévia à autoridade do local onde poderá ser encontrado, nos termos do artigo 328, CPP.

Ainda, o descumprimento dessas medidas ensejará a decretação da prisão preventiva, por força do artigo 282, § 4º, CPP.

Ciência ao membro do Ministério Público Estadual. Oficie-se à Delegacia de Polícia responsável por efetuar o auto de prisão em flagrante, para que, nos prazos assinalados pela legislação processual penal, remeta os autos do inquérito policial a este Juízo, bem como acerca do teor desta decisão. À Secretaria para as providências de estilo.

À Secretaria para as providências de estilo, notadamente para que condicione a soltura do flagrantado ao pagamento da fiança, bem como certifique o andamento processual da medida protetiva mencionada na presente peça processual.
(grifos originais)

Ante o inadimplemento do valor arbitrado, o paciente permaneceu segregado.

O Tribunal de Justiça local, por sua vez, indeferiu a medida liminar, sob os seguintes fundamentos (e-STJ fl. 12):

[...]

É cediço que para concessão liminar da ordem faz-se necessária a presença, concomitante, dos requisitos do periculum (perigo da demora) e do (fumaça do in mora fumus boni iuris bom direito).

No caso em apreço, o evidencia-se em virtude do trâmite processual periculum in mora da presente ação que, embora com rito sumaríssimo, requer certo lapso temporal.

Contudo, ao que concerne ao requisito do , que consiste no abuso de fumus boni iuris poder ou na ilegalidade do ato

impugnado, na presente fase, não resta prontamente caracterizado.

Conforme se constata dos autos, e do sítio desta Corte, o paciente responde a ação penal n.º 1240-47.2016.8.10.0054 também pela prática de lesão corporal no contexto de violência doméstica (vítimas seus pais), onde lhe fora concedida liberdade provisória sem fiança, com imposição de medidas protetivas de urgência.

Assim, diante do contexto fático, mostra-se razoável a fixação da fiança no valor de 01 (um) salário mínimo, em plena consonância como disposto no art.325, I do Código Penal. Tão logo prestada, expeça-se o competente alvará de soltura, mantendo-se as demais condições fixadas na decisão de homologação do flagrante.

Com estas considerações, em razão da ausência do requisito essencial da concessão da medida, . INDEFIRO A LIMINAR PLEITEADA.

De fato, o Superior Tribunal de Justiça entende não ser possível a manutenção da custódia cautelar tão somente em razão do não pagamento do valor arbitrado a título de fiança, a qual, em comprovada situação de hipossuficiência, poderá ser dispensada, conforme o art. 350 do Código de Processo Penal.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. MOEDA FALSA. LIBERDADE PROVISÓRIA DEFERIDA COM ARBITRAMENTO DE FIANÇA. IMPOSIÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA PELO NÃO RECOLHIMENTO DA TOTALIDADE DO VALOR. APLICAÇÃO DO ART. 350 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO.

1. Ausentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, configura constrangimento ilegal a prisão do recorrente com base unicamente no não pagamento integral da fiança. Precedentes.

2. A teor do art. 350 do Código de Processo Penal, nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 daquele diploma e a outras medidas cautelares, se for o caso.

3. Recurso provido para para deferir ao recorrente a liberdade

provisória, independente de novos recolhimentos de valores a título de fiança, mantidas as demais medidas cautelares anteriormente fixadas. (RHC 86.247/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 20/06/2018)

HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO TENTADO. CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA MEDIANTE O PAGAMENTO DE FIANÇA. IMPOSSIBILIDADE DE ADIMPLEMENTO. CONSIDERÁVEL TEMPO DE PRISÃO APÓS A DECISÃO CONCESSIVA. HIPOSSUFICIÊNCIA VERIFICADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. ORDEM CONCEDIDA, RATIFICADA A LIMINAR.

1. É cediço nesta Casa que o inadimplemento da fiança imposta, por si só, não é capaz de fundamentar a manutenção da custódia cautelar, devendo ser observado o que preconiza o art. 350 do Código de Processo Penal.

2. Na espécie, o paciente permaneceu custodiado mesmo após a decisão concessiva da liberdade, em virtude de não ter condições de adimplir com o valor arbitrado a título de fiança, ante a sua hipossuficiência, o que se extrai do tempo que permaneceu no cárcere - não obstante a soltura condicional que lhe foi deferida.

3. Habeas Corpus concedido, ratificada a liminar. (HC 444.263/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 01/06/2018).

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. SUPERAÇÃO. VIABILIDADE. TERATOLOGIA OU FLAGRANTE ILEGALIDADE. EXISTÊNCIA. ARTS. 306 E 309 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO NACIONAL. PRISÃO EM FLAGRANTE HOMOLOGADA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA PREVENTIVA. FIXAÇÃO DE CONDIÇÕES, INCLUINDO PAGAMENTO DE FIANÇA. HIPOSSUFICIÊNCIA DO PACIENTE. DESEMPREGADO E ASSISTIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA. INCIDÊNCIA DO ART. 350 DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL VERIFICADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir habeas corpus contra decisão denegatória de liminar proferida

em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado no Verbete Sumular n.º 691/STF.

2. Entretanto, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado.

3. In casu, embora não haja nos autos prova plena de que o Paciente possui ou não condições financeiras para arcar com o valor da fiança arbitrada, as particularidades do caso (Paciente desempregado, assistido pela Defensoria Pública) indicam claramente que a falta desses recursos realmente é o fator que impediu a liberdade.

4. A medida cautelar de fiança não pode subsistir, pois ofende a sistemática constitucional que veda o fato de pessoas pobres ficarem presas preventivamente apenas porque não possuem recursos financeiros para arcar com o valor da fiança arbitrada, na forma do art. 350 do Código de Processo Penal.

*5. Habeas corpus não conhecido. **Ordem concedida de ofício para, confirmando a liminar anteriormente deferida, garantir ao Paciente a liberdade provisória, sem fiança, mantidas as demais medidas cautelares diversas da prisão aplicadas pelo Juízo de primeiro grau, quais sejam: a) comparecimento mensal em juízo para justificar suas atividades, b) proibição de ausentar-se da Comarca por mais de 7 (sete) dias sem autorização judicial, c) comparecimento a todos os atos do processo.***

(HC 462.867/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, julgado em 18/10/2018, DJe 7/11/2018, grifo nosso)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. FURTO QUALIFICADO. LIBERDADE PROVISÓRIA COM FIANÇA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA PRISÃO PREVENTIVA. SITUAÇÃO ECONÔMICA DO RÉU. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

1. Nos termos da Súmula 691/STF, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância. No caso, observa-se flagrante ilegalidade a permitir a superação do referido óbice sumular.

2. O STJ consolidou o posicionamento de que, não havendo demonstração da presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP, autorizadores da custódia preventiva, configura-se constrangimento ilegal a manutenção da prisão do paciente com base unicamente no não pagamento da fiança arbitrada.

3. O art. 350 do Código de Processo Penal estabelece que, "nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 deste Código e a outras medidas cautelares, se for o caso".

4. Na espécie, há ilegalidade na concessão da liberdade provisória ao paciente, condicionada ao pagamento de fiança no valor de R\$ 1.500,00, posteriormente rebaixado para R\$ 750,00, porquanto se trata de pessoa presumidamente pobre, assistida pela Defensoria Pública, devendo ser aplicado ao caso o disposto no art. 350 do CPP.

Precedentes.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para conceder liberdade provisória ao paciente, sem pagamento de fiança, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 do Código de Processo Penal e a outras medidas cautelares, a critério do Juízo de primeiro grau.

(HC 399.732/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 20/3/2018, DJe 26/3/2018, grifo nosso)

[...] **2. Com o advento da Lei n.º 12.403/11, externaram-se os comandos constitucionais que identificam na prisão provisória o caráter de ultima ratio. 3. O não pagamento da fiança arbitrada, por si só, não justifica a preservação da custódia cautelar. Trata-se de réu hipossuficiente, que ainda encontra-se preso, embora passados mais de quatro meses da prolação do acórdão, por não lograr arcar com o quantum fixado a título de fiança, o que evidencia o constrangimento ilegal. 4. Recurso ordinário provido a fim de garantir a liberdade ao recorrente, independentemente do pagamento de fiança, ficando mantidas as demais medidas cautelares alternativas estabelecidas pela Corte federal. (RHC 91.326/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 13/3/2018, DJe 26/3/2018, grifo nosso)**

A defesa afirma que o paciente é hipossuficiente, tanto é que se encontra patrocinado pela Defensoria Pública, não possuindo condições de

arcar com o pagamento da fiança.

Considerando que a **situação financeira do paciente não foi analisada pelas instâncias originárias** (a fim de se comprovar a sua miserabilidade e dispensar o recolhimento da fiança), a presente ordem será concedida apenas para **garantir a liberdade ao paciente, independentemente do recolhimento da fiança**, sem prejuízo da futura análise acerca da possibilidade de dispensa do *mumus*. Isso porque esta Corte Superior não pode debater temas não enfrentados pelas instâncias originárias, sob pena de indevida supressão de instâncias.

Como o inadimplemento da fiança não é capaz de, por si só, justificar a manutenção do paciente no cárcere, a ordem merece ser concedida, mantendo-se, entretanto, as demais medidas cautelares impostas pelo Juízo processante e, diante da notícia de reiteração delitiva (existência de outra ação penal em andamento, pela suposta prática de lesão corporal praticada em desfavor dos seus genitores), impõe-se a adoção das medidas cautelares de afastamento mínimo de 800 (oitocentos metros) e proibição de contato com as vítimas.

A imposição de medida cautelar não depende da prova certa da materialidade, nem de indícios suficientes de autoria. Esses são requisitos para a prisão preventiva e para o oferecimento da denúncia ou queixa (NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 282). A imposição de outras medidas cautelares, entretanto, especialmente se vinculadas a obrigações financeiras, não poderá ensejar na manutenção do paciente no cárcere, já que ausentes os requisitos necessários para a decretação da prisão preventiva.

Por ser manifestamente procedente e se conformar com a jurisprudência dominante acerca do tema, o entendimento esposado na presente decisão atrai a incidência do art. 34, XX, do Regimento Interno do STJ, *in verbis*:

Superior Tribunal de Justiça

Art. 34 - São atribuições do relator:

*XX - **decidir o habeas corpus** quando for inadmissível, prejudicado ou quando a decisão impugnada se conformar com tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, a **jurisprudência dominante acerca do tema** ou as confrontar;*

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. Entretanto, nos termos do art. 34, XX, do Regimento Interno do STJ, **concedo a ordem**, de ofício, para garantir a liberdade provisória ao paciente, independentemente do recolhimento da fiança, sob o acréscimo das medidas cautelares de proibição de manter contato com as vítimas e afastamento mínimo de 800 (oitocentos) metros, sem prejuízo da adoção de outras cautelas, além daquelas já arbitradas, a critério e sob acompanhamento do Juízo de primeiro grau.

Comunique-se. Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator